

# A Frente Feminista do Pará: uma análise do repertório de ativismo na cidade de Belém

*The feminist front of Pará: an analysis of the repertoire of activism in the city of Belém-PA*

Rayza Sarmiento<sup>a</sup> , Adriany Vanessa de Lima<sup>b</sup> 

**Resumo** Este trabalho analisa o repertório de ativismo da Frente Feminista do Pará, em Belém, a fim de entender a sua atuação na capital paraense, com a articulação de variados movimentos feministas. A pesquisa partiu de três movimentos metodológicos: o acompanhamento da página do Instagram da Frente, incursão etnográfica no ato do 8 de março de 2023 e a realização de duas entrevistas com suas fundadoras. A pesquisa mostrou que a Frente se construiu a partir dos anos 2010, com a presença de vários grupos da região, atua por meio de reuniões e organização de manifestações públicas e tem uma relação complexa com o Estado.

**Palavras-chave** Frente Feminista do Pará. Repertório. Ativismo. Gênero. Amazônia.

**Abstract** *This paper analyzes the activism repertoire of the Frente Feminista do Pará, in Belém, in order to understand its activities in the capital of Pará, with the articulation of various feminist movements. The research was based on three methodological movements: monitoring the Frente's Instagram page, an ethnographic incursion into the March 8, 2023 protest, and two interviews with its founders. The research showed that the Frente was built from the 2010s onwards, with the presence of several groups in the region, acts through meetings and the organization of public demonstrations, and has a complex relationship with the State.*

**Keywords** *Feminist front of Pará. Repertoire. Activism. Gender. Amazon.*

## INTRODUÇÃO

O feminismo brasileiro se apresenta bastante plural e capilarizado no cenário contemporâneo, característica visível no ativismo de mulheres que se espraia nas diferentes regiões brasileiras. Neste trabalho, buscamos compreender a atuação

---

a Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: [yzasarmiento@gmail.com](mailto:yzasarmiento@gmail.com)

b Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: [andrianylima.2014@gmail.com](mailto:andrianylima.2014@gmail.com)

e organização da Frente Feminista do Pará (FFPA), com grande protagonismo em Belém.

Criada nos anos de 2010, a Frente é uma articulação de dezenas de grupos do estado, com forte atuação na capital, em que se aglutinam processos de resistência, mobilização acerca de enfrentamentos e construções coletivas sobre direitos das mulheres no Pará. A pesquisa em tela se sustenta na abordagem qualitativa, junto de três dimensões metodológicas, sendo elas: o acompanhamento da página do Instagram da Frente Feminista do Pará, entre setembro de 2022 a março de 2023, preenchendo um formulário semanal sobre as postagens; incursão etnográfica no ato do 8 de março de 2023; e a realização de entrevistas com as duas fundadoras da Frente.

A partir da literatura sobre as reconfigurações do movimento feminista no Brasil junto do operador teórico-analítico de *repertório*, discutimos como se deu a associação dos grupos para a estruturação da Frente na defesa dos direitos das mulheres em âmbito local. Nesse sentido, nossa questão principal de pesquisa se apresenta como: quais os repertórios de ativismo da Frente Feminista do Pará? O trabalho possui natureza forma descritiva-exploratória, especialmente em função do pouco acúmulo, no interior da Ciência Política nortista, sobre movimentos sociais e suas formas de contestação e cooperação com o ambiente político institucional. Ao observar as características do ativismo feminista organizado em uma capital da Amazônia, objetivamos também contribuir com as reflexões sobre movimentos sociais e gênero a partir de contextos periféricos sejam políticos, econômicos e também acadêmicos.

## OS CAMPOS FEMINISTAS E SUAS ARTICULAÇÕES NA AMAZÔNIA

Para evidenciar as diferentes configurações do feminismo brasileiro ao longo do tempo, Alvarez (2014) sustenta que é possível pensá-lo partir de três momentos: 1) o “centramento” e a configuração do feminismo no singular; 2) o descentramento e pluralização dos feminismos junto dos fluxos verticais (ou “mainstreaming”); e 3) o momento atual de “sidestreaming” (fluxos horizontais) dos feminismos plurais e a multiplicação de campos. Os feminismos contemporâneos são enquadrados pela autora como “campos discursivos de ação”, entendidos “muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos” (Alvarez, 2014, p.18).

Nos três estágios descritos por Alvarez (2014), o feminismo brasileiro passou por diversas transformações. A autora argumenta que o *primeiro momento*, do

“centramento”, seria o fundacional da tão conhecida segunda onda, durante os anos de 70 e 80, o qual se caracteriza um período em que as feministas se mobilizavam, resistindo como oposição à ditadura. Segundo a autora, desde o princípio da segunda onda o movimento sempre foi múltiplo, mas representado na “história oficial” como singular. O segundo momento é fortemente marcado pela chamada institucionalização dos feminismos, maior aproximação estatal e instituições multilaterais, especialmente com a introdução sistemática do termo “gênero” como uma categoria para a construção e disputas políticas. Já no terceiro e atual momento, de “sidestreaming”, é possível notar os feminismos mais diversos, com força das autointituladas “jovens feministas” junto de novas formas organizativas. Os estudos feministas e de gênero já apareceram muito mais consolidados do que em décadas atrás e a internet emerge tendo um papel fundamental nesse período (Facioli e Gomes, 2023; Perez e Ricoldi, 2023; Autor, 2021). Como sinaliza a Alvarez (2014)

As chamadas “feministas jovens”, então, são de fato atoras extremamente heterogêneas, abarcando todas as pluralidades, contradições e conflitos que caracterizam o campo feminista mais amplo. Se o segundo momento desse campo foi marcado pela pluralização, como vimos acima, expressões feministas que se desenvolveram para além das interseções ganham cada vez maior visibilidade nos interstícios dos feminismos descentrados dos anos 1990. Contudo, hoje vemos não só uma proliferação geométrica de atoras/es que se identificam com o campo feminista e nele disputam espaço e poder; também testemunhamos processos de descentramento no interior desses feminismos plurais (Alvarez, 2014, p.41).

Dessa maneira, observando a Frente Feminista do Pará junto da reflexão de Alvarez (2014), é possível aproximá-la do terceiro momento abordado, justamente pelo grupo se encontrar num cenário em que se visualiza uma pluralização expressiva de grupos feministas, com uma convivência entre grupos historicamente engajados na cidade (típicos da segunda onda) e experimentos do campo movimentalista mais recentes, como os coletivos (Marques e Marx, 2020; Perez e Silva Filho, 2017).

Quando olhamos para o contexto amazônico, a diversidade de grupos atravessados pelos debates feministas se torna evidente (Alvares, 2018). Santos (2012) tem se dedicado a discutir aproximações entre os feminismos e as organizações de mulheres indígenas, abordando como as pautas podem ter confluências e tensões, especialmente acerca dos papéis culturais de gênero. Scalabrin et. tal. (2021) focam

a análise nas mulheres agricultoras e extrativistas, sobretudo mostrando a importância da produção e do protagonismo feminismo na geração de renda familiar em diferentes regiões paraenses. Marçal (2023) conduziu investigação sobre o modo de vida e organização das mulheres nas ilhas belenenses, focando nas práticas de enfrentamento à violência e de economia solidária experienciadas por elas a partir da dinâmica geográfica insular. Já Barata (2022), se voltou à produção de ativismo no contexto acadêmico, analisando a universidade com um espaço de agência das feministas. A Frente Feminista do Pará, por sua vez, congrega vários desses movimentos, de forma heterogênea.

A própria nomeação do grupo aqui analisado como uma *frente* é sintomática deste momento, em que novas configurações organizacionais tomam lugar. Este termo tem sido mobilizado em outros contextos nacionais, também a partir de uma perspectiva interseccional de gênero e raça (Abdalla, 2020). No trabalho de Costa e Silva (2017, p. 1), voltado para a dinâmica da cidade de Natal, por exemplo, a ideia de Frente aparece como “uma organização política articulada por diversos coletivos anticapitalistas e organizações que buscam combater a violência de gênero e lutar na efetivação dos direitos das mulheres”. Já Soares (2019), ao analisar o ativismo das mulheres no Cariri, informa que

A Frente se organiza, segundo seus documentos, como [...] espaço feminista de articulação, organização e formação” (FRENTE, 2018), tendo como princípios a unidade na diversidade, reconhecendo a heterogeneidade dos grupos sociais, partidos, coletivos, associações, entidades e sujeitos que a compõem, assim como a democratização dos processos decisórios a partir da produção de consensos, que em geral acontecem em reuniões ampliadas (Soares, 2019, p.165, grifos nossos).

Vale destacar como essa concepção de “articulação”, verbalizada nas pesquisas acima e no material empírico trabalhado a seguir, é bastante frequente nas definições do que seria uma *frente*. Partindo da compreensão de que a FFPA integra um processo ampliado, de tensionamentos e reconstruções das formas clássicas de agência dos movimentos feministas, como sustenta Alvarez (2014), buscamos analisar seu repertório de ativismo, com base no conceito proposto por Charles Tilly, no âmbito da teoria do confronto político e nas suas atualizações. Entendemos que se trata de operador teórico-analítico relevante na construção de uma análise exploratória e descritiva sobre os feminismos no contexto amazônico, que reúne uma variedade de organizações (Alvares, 2018). Como sinalizam Tatagiba, Pater-

niani e Trindade (2012), a conjuntura onde são empregados se mostra fundamental para a leitura de como os repertórios são adaptados, de forma interacional e criativa.

Surgido na década de 70, o conceito passou por reformulações, mas hoje, de acordo com Alonso (2012, p. 23) repertório pode ser definido como um “conjunto variável de performances” colocadas em prática pelos movimentos sociais. Há assim um conjunto de aprendizados sobre formas de agir de ativistas e grupos, que não são propriedades de um único movimento social, mas de uma época. De acordo com a obra Tilly (2008), o repertório vai sendo aprendido pelos atores nos momentos de confronto e recebe atualizações quando posto em prática, na dualidade que marca o conceito entre permanência das práticas e criatividade ao colocá-las na cena pública.

Tarrow (2009, p. 51) o define “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas”, que possuem um processo de mudança lenta. Segundo ele, na leitura da obra tillyana, são descritos dois tipos de repertório: a) um mais estreito (anterior ao século XIX) para resolução de demandas mais imediatas e b) outro mais cosmopolita, modular, que foi se integrando a diversos confrontos no Ocidente - “foi a natureza mais geral das novas formas que deu aos movimentos sociais uma base cultural e comportamental comum” (Tarrow, 2009, p. 53).

Uma série de trabalhos no contexto brasileiro acionam essa noção teórica. Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) se debruçaram sobre o repertório de luta por moradia, já Abers, Serafim e Tatagiba (2014) voltaram atenção, expandido o conceito, para o repertório de interação dos movimentos sociais com o Estado. Rodrigues e Freitas (2021) explicam a partir do uso do conceito a agência do feminismo negro brasileiro desde a redemocratização. Mendonça et. al. (2021), com base em Tarrow (2013), descortinaram no cenário contemporâneo a discussão de repertórios discursivos, mostrando como as formas de enunciação do confronto também se modificam e atualizam o próprio confronto. “A linguagem contenciosa deixa marcas diretas em quem participa desses processos, mas também na “memória coletiva” de uma determinada sociedade” (Mendonça, et.al., 2021, p. 39).

Diante do exposto, aproximamos esse debate teórico às experiências e vivências da Frente Feminista do Pará. O grupo atua mais diretamente na cidade de Belém, maior capital do Norte do país, com 1.303.403 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE, onde há cerca de 53% da população composta por mulheres, mais de 60% de pessoas pardas, 26% de autodeclarados brancos e 11,46% de pretos. A capital também conjuga um acelerado processo de urbanização, tanto em sua área continental quanto na insular, composta por mais de 40 ilhas. Em Belém, se conjugam de forma muito próxima territorialmente as vidas das mulheres

do *asfalto* e das *ribeirinhas*, exemplificando a ideia, disposta em obras como a de Bertha Becker (Leopoldo, 2023), de uma “floresta urbanizada”, o que a torna bastante particular frente a metrópoles de outras regiões do país.

## APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Empiricamente, esta pesquisa partiu de três apropriações metodológicas da abordagem qualitativa (Deslauriers e Kérisit, 2014): a) o acompanhamento da página do Instagram da Frente Feminista do Pará, durante o período de setembro de 2022 a março de 2023, com preenchimento de um formulário semanal sobre as postagens; b) pesquisa de campo etnográfica com observação do ato do 8 de março de 2023; e c) a realização de duas entrevistas com as fundadoras da Frente. Cada uma dessas etapas metodológicas objetivou apreender dimensões do repertório: com a análise online, buscamos observar a comunicação mais ampla da Frente com a sociedade e com outros movimentos; com a o acompanhamento de um ato específico, nos voltamos ao entendimento de como o grupo opera na construção de um evento de protesto; já com as entrevistas, dedicamos atenção à narrativa mais detida de suas fundadoras, acerca da forma como elaboram a estruturação e atuação da Frente.

A análise de *posts* do perfil da Frente no Instagram construiu-se a partir da constatação de ser uma das redes digitais mais utilizadas no país atualmente, com ampla inserção dos movimentos sociais, conforme demonstramos em trabalhos anteriores (AUTOR, 2022; 2023). A relação dos feminismos com as plataformas digitais é complexa e por ser agrupada a partir de dimensões como agenciamento para campanhas online, construção de novas narrativas sobre problemas públicos e contrainformação, dentre outras (AUTOR, 2021). Facioli e Gomes (2022) atestam como a presença digital dos ativismos enseja mudanças que carecem de atenção analítica, para apreender elementos como

a estrutura pública ou semipública dos serviços de redes sociais tem viabilizado outras maneiras de perceber, de experienciar e de gerenciar a organização política, estabelecer estratégias, congregar audiências, consolidar formas de comunicação e construir novos repertórios de atuação política (Facioli, Gomes, 2022, p.10).

O segundo passo da pesquisa foi acompanhar o ato de 8 de março de 2023 construído pela Frente junto dos movimentos que a integram, no primeiro ano após o término do governo de Jair Bolsonaro e depois de três anos da pandemia de

covid-19, já sem o uso dos protocolos como máscaras e distanciamento, conforme ocorreu em 2022. Com o acompanhamento do ato, observamos as interações entre as ativistas e as formas de enunciar as demandas no espaço público. Na manifestação de 2023, as principais pautas giravam em torno do enfrentamento à violência, políticas de creche e atenção ao trabalho feminino, sobretudo com denúncias do cenário de empobrecimento das mulheres e precarização.

O terceiro eixo metodológico foi composto pelas entrevistas, realizadas em abril de 2023. As entrevistas tiveram em média uma hora de duração, seguindo um roteiro de perguntas e posteriormente foram gravadas e transcritas<sup>1</sup>. Optamos por entrevistas em profundidade junto às fundadoras, por entender que elas possibilitam a compreensão dos dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais, conforme sustenta Poupert (2014, p. 220), dado que permitem “uma exploração em profundidade das condições de vida dos atores, ela é vista como um instrumento privilegiado para denunciar, de dentro, os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de exclusão, e as iniquidades”. Foram entrevistadas duas mulheres na faixa etária de 60 anos, branca e parda, que atuam há mais de 30 anos no movimento feminista de Belém e são publicamente reconhecidas na cidade por esta atuação; por questões éticas, seus nomes e demais características não serão partilhadas.

Procuramos identificar, a partir desta triangulação empírica, o repertório de atuação, o perfil de mulheres (para observar a pluralidade de atrizes que compõem a organização), as atividades realizadas, as pautas e reivindicações levadas ao Estado e como se adaptam ao contexto político.

## **ARTICULAÇÃO DE FEMINISTAS AMAZÔNIDAS: O CASO DA FRENTE FEMINISTA DO PARÁ**

A Frente Feminista do Pará (FFPA) reúne dezenas de movimentos do estado e se construiu em 2011, muito em diálogo com o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (Fmap), ligado à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), movimento existente desde os anos 90, após os debates oriundos da 4ª Conferência Mundial na China, em Beijing. A entrevistada I relata que a construção da Frente se deu em meio a “negociações”, estabelecendo uma diferença já presente na literatura entre os movimentos de mulheres e os feministas (Pinto, 2003). Como uma mulher na faixa etária dos 60 anos, ela relata que percebe um crescimento dos movimentos feministas nas últimas décadas.

---

1 Registro de aprovação no Comitê de ética da UFPA - CAAE: 57303622.5.0000.0018.

[...] a partir dos anos 2000 foram cada vez mais crescendo novos movimentos; então, em 2011, a gente se reunia e fomos fazendo agendas comuns nessas datas simbólicas. Fizemos diversas negociações enquanto movimento feminista e movimento de mulheres, porque tem movimento de mulher e tem movimento feminista que se declara feminista. Nós, inclusive, fomos negociando com governos municipais e governos do estado e por aí vai. Em 2011, numa reunião, num processo preparatório para mais um 8 de março decidimos institucionalizar, não formalmente, porque nós não temos CNPJ, mas instituir essa frente. (Entrevistada I, 13 de abril).

Esse processo da formação foi reforçado na fala da entrevistada II, a qual relatou como as relações a partir das diferenças partidárias, no campo da esquerda, foram importantes para instituir a Frente. A chegada de militantes mais próximas a outras legendas e, mais recentemente, o contexto político a partir da candidatura e eleição de Jair Bolsonaro (2018) impulsionaram as atividades, segundo ela.

[...] quem coordenava, quem dava pontapé inicial nessa história do 8 de março, 25 de novembro, 30 de maio, essas coisas dessas lutas específicas e gerais era o fórum de mulheres [Fmap]. E a gente começou a agregar outros. Aí tu vê outros partidos, outras concepções, e aí tu sabes que tem essa questão partidária (...). Nós temos mulheres que são do PT, a maioria, mas outras não são do PT, são de outro partido e pronto. Então veio muitos outros movimentos, e aí foi quando a gente começou a chamar de frente feminista. A gente começou a agregar várias outras mulheres. Quando veio aquela questão do Bolsonaro, isso acelerou mais porque a gente precisava se juntar e fazer (Entrevistada II, 29 de abril).

Partindo deste entendimento, procuramos deslindar a ideia de Frente formulada pelas entrevistadas, as quais aparecem de forma semelhante com a literatura que fundamenta este trabalho. Na perspectiva da entrevistada I, por exemplo, a Frente seria

[...] uma articulação de diversos setores de movimentos de mulheres, movimentos feministas, mas que essa Frente se declara feminista. Então é uma frente feminista composta por diversos movimentos. Nós temos o Juntas, Resistência Feminista, o Fórum de mulheres, o grupo de mulheres do MAB, secretaria de mulheres da CUT, da central Conlutas. E desde 2011, que a gente tem feito a luta



e nesse 8 de março, agora, nosso “presente” foi gás de pimenta (Entrevistada I, grifos nossos, 13 de abril).

O episódio mencionado pela entrevistada I ocorreu no dia 8 de março de 2023, em mais um ato em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Ao chegar na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), o destino da manifestação, o ato foi reprimido pela polícia e várias mulheres, incluindo idosas, tiveram seus rostos atingidos por spray de pimenta. Voltaremos a ele a seguir, dado que desencadeou a construção de um grupo de trabalho junto ao legislativo estadual.



**Figuras 1 e 2.** Chegada do ato de 8M Alepa em 2023. Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Quando observamos a estrutura da Frente, percebemos que é uma articulação feminista que tem uma diversidade bem extensa de grupos que a compõem, com mais 100 ativistas, segundo suas fundadoras. Ela é construída (“com as nossas divergências” - Entrevistada II) por diversos movimentos sociais, coletivos, grupos feministas, militantes partidárias e mulheres independentes. A entrevistada II cita como a construção do #elenão, em 2018, ajudou a consolidar o grupo, especialmente com a movimentação das mulheres filiadas aos partidos de esquerda que integram a Frente. A entrevistada I, por sua vez, ressalta a diversidade de mulheres que estão engajadas, a partir das áreas de atuação política, territorial ou profissional. Esse grupo plural, também nas dimensões racial e etária, ficou bem evidente na composição do ato do dia 8 de março de 2023, o que também deixa claro processo recente de espraiamento dos feminismos, diagnosticado por Alvarez (2014) no contexto brasileiro das últimas décadas.

A gente tem mulheres indígenas, mulheres assentadas e acampadas do MST, mulheres atingidas por barragens, quilombolas, quebradeiras de coco (que tem um movimento de quebradeiras lá no sudeste do Pará); nós temos mulheres urbanas, acadêmicas, estudantes, sindicalistas. Nós temos mulheres de movimento de bairros, temos companheiras que são extrativistas, ribeirinhas, da luta pela moradia, pela luta do território urbano, eu acho que a gente é diversa nesse sentido. Nós temos esses diversos movimentos, a FETAB, o MAB, MST, a CUT,

CNP, e entidades ligadas ao movimento de luta movimento negro, o MOCAMB, o CEDENPA, eu acho que é isso (Entrevistada I, 13 de abril).

Acerca da atuação da Frente, foi possível compreender que há uma marcação relevante na construção dos atos públicos, como o 8M, e também nos relativos aos meses de outubro, acerca da descriminalização do aborto e de novembro com a questão do enfrentamento à violência. Assim, boa parte dos encontros das integrantes se dá para a preparação dessas manifestações, com as definições organizacionais (trajetos, recursos, mobilização, contato com órgãos estatais, dentre outros pontos), não possuindo uma constância temporal de reuniões.

Contudo, a Entrevistada I ressalta que a Frente atua “durante todo o ano”, no que chama de “processo de garantias políticas”. Segundo ela, a FFPA tem sido convocada e se colocado em espaços de negociações sobre os direitos das mulheres na cidade. A Entrevistada II também lembra que não existe um encontro da Frente, mas o grupo se mobiliza a partir das demandas como 8M e demais disputas (“encrenças”) que se fizerem necessárias. “*E se tiver encrença, como era com Bolsonaro, a gente se encontra pra brigar, fazer enfrentamento (Entrevistada II, 29 de abril)*”. Os eventos de protesto se tornam assim a principal face visível do grupo diante da sociedade local, sendo parte do repertório de confronto. Nos anos recentes, para além das datas mais clássicas de mobilização feminista já citadas, o grupo atua respondendo junto aos debates nacionais. Em junho 2024, por exemplo, foi a Frente que organizou o ato “Criança não é mãe”, se somando às iniciativas nacionais contra o PL 1909/2024, que buscava proibir a interrupção da gravidez após a 22 semanas de gestação, mesmo em caso de estupro, e foi chamado do PL da gravidez infantil. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), adiou a votação depois da intensa pressão contra o projeto.

O contato entre as participantes se dá cotidianamente por meios digitais, sobretudo pelo grupo de Whatsapp, e a partir da divisão de trabalho em comissões para o cuidado com as mídias digitais, feito de forma voluntária. A Frente possui perfis no Facebook e Instagram, sendo este o mais recente.

Nós trabalhamos com comissões de trabalho. Então, nas redes, nós temos pessoas da área de comunicação ou que são jornalistas. Nós temos desde pessoas que são formadas na área como jornalistas, como pessoas que fazem material como cards e produzem artes, até pessoas que não tem isso, mas que produzem um texto. (...) Qualquer evento, qualquer ação que qualquer movimento ele vai postado lá. E temos essas pessoas que administram. Todo mundo é voluntário,

nós não temos ninguém pago porque nós não somos uma entidade com CNPJ, e aí só dizendo, pra cada evento que a gente faz, a gente vai buscando recursos, doações de movimentos, sindicatos, a gente não recebe doações governamentais (Entrevistada I, 13 de abril).

A recente criação do perfil do Instagram foi constatada quando acompanhamos a página, no período de setembro de 2022 até março de 2023, com 52 conteúdos postados durante o tempo de análise. Nesse intervalo, houve grande número de posts repercutindo as eleições presidenciais e declarando apoio à candidatura do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e enfatizando a crítica ao então governo Bolsonaro. A denúncia sobre violência em diversos contextos foi o tema mais comum das postagens analisadas. Nos sete meses, foram relevantes as convocações para diversos atos na capital paraense, com foco na luta pela vida das mulheres, pela democracia, contra a fome e em defesa dos territórios amazônidas.

Notamos com os três eixos análise empírica que as pautas da Frente são bastante diversas e, para isso, elas se organizam em “eixos”

(...) as pautas são por temas, por eixo (...) o da participação, da garantia de recursos de estruturação é um eixo. Tem o eixo da educação e contra o racismo, o eixo das políticas para proteção e atendimento a questão da violência, eixo da saúde e direitos sexuais e reprodutivos, nós temos o outro eixo que tem a ver com trabalho e autonomia econômica das mulheres, e temos um eixo que fala das questões dos territórios e moradia, e essas políticas mais amplas. (Entrevistada I, 13 de abril).

Uma dimensão importante do repertório de atuação é a relação com o Estado, em especial com o legislativo. Segundo a entrevistada II, ela se dá com as ativistas mesmo antes da construção da Frente com tal nome, ainda nos anos 2000. A entrevistada cita novamente o Fmap como um espaço de contato, nomeando deputadas atuais e ex-parlamentares com quem esse diálogo foi travado, sobretudo no campo da esquerda paraense, com parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (Psol).

Nós já tínhamos [a relação com o Estado] com o Fórum [Fmap] antes. A gente tinha na época a deputada Bernadete Ten Caten. A gente conseguiu fazer uma abertura e ir lá começar. Como mudou de governo e teve uma abertura melhor, a gente conseguiu ter deputadas que pudessem estar mais próximas, deputadas

do Psol mesmo, as deputadas dos outros partidos lá, elas têm alguma vez uma abertura, né, e a gente aproveita (Entrevistada II, 29 de abril).

A deputada Bernadete Ten Caten foi eleita para o legislativo estadual nos anos de 2006 e 2010, pelo Partido dos Trabalhadores. Embora seja frequentemente citada como alguém sensível às demandas das mulheres, em mapeamento realizado sobre a produção legislativa no Pará acerca de gênero e raça, encontramos apenas três projetos de lei da parlamentar voltado às mulheres (Autor, 2024). Sabemos que a produção legislativa não é a única “medida” do trabalho parlamentar, mas o número pequeno de proposições pode estar relacionado ao contexto em que a deputada atuou, ainda pouco aberto na instituição para os debates sobre gênero. Até a eleição de 2022, o Psol contou com uma deputada na ALEPA, Marinor Brito (2019-2022), responsável por oito projetos de lei sobre direitos das mulheres. Na legislatura atual, o partido é representado por Livia Duarte. Já o PT, elegeu Maria do Carmo. Ambas estão na imagem 4, abaixo ao lado do presidente da Assembleia, deputado Chicão (MDB), no encontro ocorrido após a repressão do ato do 8 de março de 2024.

Diante do ocorrido citado, foi construído um grupo de trabalho (GT) articulado pela Frente e por outros movimentos na ALEPA, com a proposta de construir políticas públicas para as mulheres junto dos movimentos. Os encontros passaram a ocorrer mensalmente, com diálogo entre servidoras, parlamentares e movimentos. A Procuradoria da Mulher, órgão da casa legislativa que articula as representantes femininas criado em 2019, realizou um levantamento temático das legislações existentes sobre mulheres na casa e cada encontro debateu um tema. A autora 1 foi inserida na agenda dos encontros, no grupo de WhatsApp do GT e possui acesso às atas das reuniões, objeto de reflexão específica em pesquisa em curso. Os resultados desta abertura institucional, em um repertório de interação e aproximação com o Estado, ainda não estão claramente passíveis de análise, sendo necessário capturar as ambivalências desta relação, quando o GT se pretende ser inclusivo dos movimentos, de suas atrizes e vozes.



**Figuras 3 e 4.** Deputadas/os recebem Feminista do Pará após ato 8M/2023 e post de divulgação do GT no perfil da Alepa no Instagram. Fonte: <https://www.instagram.com/p/>

Cppkj-ZODBy/ e <https://www.instagram.com/p/CpxMGNyrlyn/>

Para além do legislativo, as fundadoras da Frente também relatam certa insatisfação com a recente criação de uma secretaria estadual de políticas para as mulheres, no governo do mdbista Helder Barbalho. A SEMU foi instituída por meio da Lei nº 9.862, em março de 2023. Segundo elas, não houve diálogo sobre a pasta com os movimentos. A titular da secretaria é uma ex-deputada estadual, Paula Gomes, cuja trajetória política está ligada ao capital político familiar paterno, sem lastro evidente com as pautas de gênero. Dado o pouco tempo de institucionalização, a atuação da secretaria no âmbito estadual ainda carece de análise. Por meio do relatório de atuação do primeiro ano, informa-se a atuação no fortalecimento dos conselhos da mulher, no enfrentamento à violência e empreendedorismo.

Por exemplo, hoje nós temos a secretaria de mulheres que a gente não foi nem chamada. Com a secretaria estadual de mulheres do Pará, os movimentos não foram chamados para discutir, embora seja pauta nossa de pelo menos uns sete anos ou mais, que a gente coloca a importância e necessidade de ter uma secretaria de mulheres (Entrevistada I, 13 de abril).

Ainda acerca da relação com o Estado, as integrantes da Frente pontuam a necessidade de o grupo se mostrar autônomo, a despeito das forças partidárias com as quais as ativistas possuem relação. Elas citam como no contexto das eleições de 2018 o apoio da Frente era diretamente ao #Elenão e não a um candidato específico.

A gente tem um princípio que é isso, a autonomia. E durante o governo Bolsonaro, muitas de nós individualmente, tínhamos ido fazer campanha mesmo, né? Como pessoas, não como Frente. A frente não fez campanha, não faz campanha (...) O primeiro #EleNãO aqui em Belém foram mais de 70 mil pessoas, não defendemos uma candidatura, proibimos inclusive bandeiras de candidatas, ou de candidaturas dentro do processo da marcha do #EleNãO. (...) Nós, movimentos de mulheres do Brasil todo, de vários movimentos, entregamos um documento dizendo das nossas pautas, mas a gente continua dizendo “nós somos autônomas”. Podemos achar que esse governo tem um diferencial ao Bolsonaro...e tem né!? A gente espera que consiga pelo menos trazer de volta direitos que o governo anterior tirou. Mas isso não significa que a gente vai dar uma carta, um cheque em branco pro governo. Acho que isso tem que ficar bem negrito. (Entrevistada I, 13 de abril).

Por fim, um ponto que se destaca no ativismo da Frente são as particularidades locais e as diferenças com as lutas das mulheres de outras regiões do país. A entrevistada I relata por exemplo que as questões regionais, de estar na Amazônia, ensejam dimensão estrutural para a agência do grupo. Segundo ela, as mulheres

fazem questão de frisar e enfatizar o diferencial de ser mulher da Amazônia, da diferença que é os povos da Amazônia em relação ao resto do país né. Da gente ter no Pará uma maioria negra, o maior número de etnias de povos indígenas em termos de povos diferentes indígenas, nós temos 55 povos que falam mais de 60 línguas diferentes no Estado do Pará, e assim, a Amazônia alimenta (o ativismo). Então, a Amazônia pra gente é um diferencial (Entrevistada I, 13 de abril).

A defesa do território amazônida, enunciada na faixa que abria o ato do 8M (“*pela vida das mulheres, por democracia, contra a fome e em defesa dos territórios amazônidas*”) e em várias das manifestações realizadas pela Frente, se revela como um elemento importante deste repertório.

É um feminismo de tamanho enorme, porque além de tentar se empoderar, defende seu território. Esse é um feminismo que todas nós amazônicas temos, né, seja umas mais compreensivas, outras menos, mas todas nós, mulheres amazônicas. E tem aquelas que vivem dentro do conflito mais ainda. Então, isso não existe em muitos lugares lá fora, entendeu? Existe a defesa de tu quererem melhorar tua qualidade de vida, de tu melhorar a vida no geral para todo mundo, defende o teu território, na tua vida pessoal, da tua vizinha...mas aqui a gente defende um território que é o pulmão, inclusive, que o povo diz do mundo, não é? (Entrevistada II, 29 de abril).

Nesse sentido, o território como uma pauta dos feminismos localizados nesta região articula as lutas das mulheres para além dos temas mais clássicos pensados como agenda de gênero ou restrito à vivência específica feminina, mas as situa como agentes que interpretam e resistem às diferentes ameaças e explorações que circundam a vida na Amazônia. A Frente se aproxima da discussão dos feminismos contra-hegemônicos que têm acionado a ideia de “corpo-território”, de forma que “as mulheres politizam seus corpos e o entendem como extensão dos conflitos aos quais estão expostas em seus territórios, assim como seus territórios figuram como extensão de seus corpos, que também são corpos em batalha” (Miranda e Barroso, 2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da ideia de repertório e campos discursivos de ação feminista, analisamos a construção da Frente Feminista do Pará. Com a análise dos posts no perfil do Instagram, o acompanhamento do ato no dia 8 de março de 2023, junto da realização das entrevistas, concluímos que a Frente tem um protagonismo significativo na região Norte, onde observamos a luta desse grupo em defesa do seu território e das mulheres da Amazônia. A Frente tem uma composição diversa de movimentos/coletivos feministas que a integram e utiliza a rede social do Instagram como forma de mobilização. Neste momento, a Frente está presente em um grupo de trabalho institucional na ALEPA e este é um caminho de pesquisa futuro importante, dado que a relação entre movimentos sociais e Estado está sendo explorada com mais frequência nos últimos anos, sobretudo na agenda da Ciência Política brasileira.

Nesse sentido, foi possível identificar repertórios clássicos de protestos, como os atos acompanhados e organizados pela FFPA, bem como repertório de interação socioestatal, com o diálogo especialmente com o legislativo estadual.

Por fim, cabe ressaltar que entendemos que uma limitação da reflexão aqui esboçada se dá pelo contato, via entrevistas, ter sido apenas com as fundadoras da articulação, com idades similares (mais de 60 anos). Como agenda de pesquisa, buscaremos explorar as distintas tensões que se colocam a partir das questões etárias entre as integrantes da Frente, a partir de um diálogo futuro também com as jovens feministas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, Julia S. (2020). *Alianças, encontros e margens: feminismos negros e interseccionalidade na frente de mulheres negras de Campinas e região*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- ALONSO, Angela (2012). Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 2 (3), p. 21–41. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres & movimentos–ativismo, empoderamento e espaços de poder. *Inc.Soc.*, Brasília, DF, v.11, n.2, p.80-100, jan./jun, 2018
- ALVAREZ, Sonia (2014). Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos pagu* (43), p. 13-56. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>.



- BARATA, Camille G. (2022). *Trajatórias feministas na UFPA: luta, violência e memória entre mulheres*. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- DA COSTA, Micaela Alves Rocha; DA SILVA, Lenilze Cristina Dias (2017). A Frente Feminista De Natal: Avanços E Limites Na Organização Política Das Mulheres. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women 's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, ISSN 2179-510X.
- DESLAURIERS, Jean P.; KÉRISIT, M (2014). O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al (org). A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, p. 127-153.
- FACIOLI, L. R.; GOMES, S. DA S. R. (2022). O ativismo feminista *online* no Brasil: aportes para uma agenda em construção. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 22, p. 1-11. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.40496>
- LEOPOLDO, Eudes. Urbanização e planejamento da Amazônia: diálogos com Bertha Becker. *Confins*. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia, n. 61, 2023.
- MARÇAL, Ana (2023). *Guardiães da trilha dourada: o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) e as práticas coletivas no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres ribeirinhas na Ilha de Cotijuba-PA*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- MARQUES, Marcelo de Souza; MARX, Vanessa. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica*. Vitória, ES. Vol. 7, n. 3 (jul./dez. 2020), p. 8-32, 2020.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino et.al. Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas. *Novos estudos CEBRAP*, v. 40, p. 33-54, 2021.
- MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. (2023). Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 2, p. e92873.
- PEREZ, Olivia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, p. e83260, 2023.
- PEREZ, Olívia C.; SILVA FILHO, Alberto LA. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude*, v. 11, n. 1, 2017.
- PINTO, Celi Regina J. Uma história do feminismo no Brasil. SP: Perseu Abramo, 2003.
- PIRES, D. and CASTRO, A. M (2020). Todo espaço é político: Ativismo de mulheres nas redes sociais. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 143-161. <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.49604>



- POUPART, Jean (2014). A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al (org). A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 215-247.
- RODRIGUES, C.; FREITAS, V. G (2021). Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, e238917, p. 1-54. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238917>.
- SCALABRIN, Andreia Cristine et al. Cadernetas agroecológicas e feminismo: produzindo visibilidade ao trabalho das agricultoras e extrativistas da Amazônia Paraense. In: *Agroecologia: Métodos e Técnicas para uma Agricultura Sustentável*. v. 4. Editora Científica Digital, 2021. p. 192-204.
- SOARES, Suamy Rafaely (2019). *Feminismo no Sertão: as particularidades da Frente de Mulheres no Cariri cearense*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido (2012). Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 18, n. 2, p. 399 - 426. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000200007>.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- TARROW, Sidney. *The Language of Contention: Revolutions in Words, 1688-2012*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- VINENTE, Fabiane. (2012). Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. *Revista EducAmazônia*, vol 8, n. 5 p. 94-104